

O sistema educacional como um espaço racializado - um estudo de trajetórias educacionais de mulheres negras

João Bôsco Hora Góis

GT 05 - Etnicidade e Raça

RESUMO: Este paper apresenta resultados preliminares de um estudo que busca examinar as formas como alunas que se autrorepresentam como negras se inserem no cotidiano das instituições educacionais, particularmente as universitárias. O estudo assume como correta a afirmação, conforme mostram estudos recentes, de que recentemente tem havido na sociedade brasileira um avanço no acesso à educação superior para as afrodescendentes. Argumenta, contudo, que esse dado precisa ser examinado à luz dos modos como tal acesso tem se dado e, principalmente, a que custo tais mulheres têm sido capazes de se manterem nas universidades. O trabalho também sublinha algumas das estratégias que elas têm utilizado na luta para a obtenção dos seus graus acadêmicos.

Introdução

A situação de inúmeros segmentos da população brasileira tem sido repetidamente caracterizada como de profunda, perversa e persistente exclusão sócio-econômica e cultural. O processo de democratização do país, seja através da maior disponibilização de serviços sociais seja por permitir maior expressão político-cultural, tem feito avançar significativamente as condições de vida de alguns desses segmentos. Contudo, muitos deles, como as afrodescendentes, permanecem pouco beneficiados por tal processo. Neste caso específico, isto é decorrência, em grande medida, da dupla situação de subalternidade a que estão submetidas. De um lado discriminadas por serem mulheres e, portanto sujeitas a diferentes formas de violência de gênero, a exemplo da violência doméstica; e de outro, discriminadas por sua raça, o que as fragilizam também em diferentes aspectos, como fica claro na dinâmica da exploração sexual.

Tal condição de dupla subordinação, embora produza múltiplas evidências de sofrimento, não tem gerado uma maior visibilidade dos problemas que as afetam. Um fator que contribui enormemente para isso é o fato de que a variável raça não tem sido considerada relevante no processo de discriminação e violência contra as mulheres, exceto quando aquela variável se situa nos marcos da definição tradicional de segregação, ou seja, aquela que envolve negação formal de direitos civis e políticos (Crenshaw, 2002).

No caso do Brasil, era de se esperar que as mulheres em questão já pudessem ter sido beneficiadas maciçamente pela ação crescente de um dos mais importantes dos nossos movimentos sociais: o movimento feminista. Contudo, militantes negras têm apontado para uma situação diferente. Elas têm salientado o modo como em vários momentos históricos as suas demandas específicas foram dissolvidas dentro da agenda geral daquele movimento, assim como têm apontado para as profundas dificuldades em ali se fazerem ouvidas e representadas (Bairros, 1994).

Tudo Isso, felizmente, não produziu o silenciamento das afrobrasileiras. Muito pelo contrário, como lembram Oliveira e Santana (2002), ao longo dos anos de 1980 e 1990 as mulheres negras tensionaram todo o tempo a reflexão do movimento feminista ao explicitarem a inadequação das referências analíticas e das ações práticas que não consideravam a variável raça relevante. Em situações de embate e conflito destacaram e problematizaram a existência de discriminação de mulheres brancas contra as mulheres negras, algo explicitamente presente, por exemplo, nas relações entre patroas (geralmente brancas) e empregadas domésticas (majoritariamente afrodescendentes). Outrossim, elas também buscaram mostrar que se de fato a discriminação contra a mulher estava amplamente disseminada, era (e continua sendo) contra as negras que ela incidia de forma mais perversa em inúmeras situações.

A luta das afrobrasileiras pelo reconhecimento das suas necessidades tem crescido e rendido frutos expressos tanto no surgimento de organizações que se dedicam especificamente a elas, quanto no reconhecimento por parte do movimento feminista como um todo e de outros setores sociais da radicalidade das suas análises e da justeza das suas reivindicações (2001).

Apesar desses avanços persistem em diferentes áreas variadas formas de discriminação e violência contra os sujeitos femininos afrobrasileiros. As dificuldades de acesso e permanência no sistema educacional formal constituem um exemplo significativo disto. Tentar entender como as mulheres negras lidam com estas dificuldades, conseguem ingressar e transitar por tal sistema e criam estratégias de superação dos obstáculos que ali se lhes apresentam - tema central desse trabalho – foi o que nos levou a empreender a investigação aqui apresentada.

Negritude, pobreza e discriminação e as múltiplas subalternidades das afrodescendentes

Muitas pesquisas contemporâneas sobre a questão racial no Brasil tem se ocupado da desconstrução dos mitos consolidados e espalhados entre diversos setores da academia, da administração pública e da população sobre a democracia racial em nosso país (Telles, 2003). Sem negar os fatores estruturais que influenciam na reprodução das condições de privação elas indicam que ser preto ou pardo colabora para a inclusão dos indivíduos destas cores - sempre majoritários entre os estratos sociais mais empobrecidos da nossa população - em situações de miserabilidade (Brandão, 2003). Tais pesquisas mostra ainda que mesmo ao se tomar como unidade de análise apenas os pobres, os negros serão dentre estes ainda mais pauperizados do que os brancos. Por fim, vale ainda ressaltar que ela aponta para um repetido processo de reprodução social no qual nascer negro relaciona-se diretamente com as probabilidades de se crescer, viver e morrer pobre (Jaccoud e Beghin, 2002).

Evidências particulares desse quadro mais geral de exclusão são inúmeras. No que toca ao mercado de trabalho formal, por exemplo, os negros enfrentam dificuldades de acesso a ele muito maiores do que os brancos, dificuldades essas que se acentuam enormemente quando se trata da ocupação de cargos de gerenciamento e chefia. Como mostram os dados coligidos por Jaccoud e Beghin (2002), embora brancos e negros enfrentem taxas de desemprego semelhantes (6% e 7% respectivamente), somente 33% dos negros trabalham com carteira assinada ou no serviço público em comparação a 41% de brancos. Isso possivelmente deriva da percepção social de que o lugar dos afrobrasileiros é mesmo em ocupações manuais, subordinadas, instáveis e informais que demandam pouca qualificação. Outrossim, os negros são bem mais suscetíveis aos constantes surtos de desemprego que ciclicamente afetam a economia brasileira (Soares, 2000). Se os afrobrasileiros em geral ocupam uma posição de grande inferioridade em relação aos brancos no mercado de trabalho, a análise dessa questão tomando o gênero como recorte dá uma nova dramaticidade ao problema. Isto porque, como sublinham alguns estudos, as afrodescendentes ocupam as posições mais baixas nas escalas de assalariamento, seja quando comparadas aos homens brancos e negros seja quando comparadas às mulheres brancas. Assim, hoje, por exemplo, enquanto o salário mensal por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais dos homens brancos é de R\$ 726, 89, o de mulheres brancas é de R\$ 572, 86 e o dos homens negros é de 337, 13, o ganho mensal das mulheres negras pela mesma jornada é de apenas R\$ 289,22 (Soares, 2000).

O campo da educação perfaz um outro espaço privilegiado para o exame da desigualdade racial no Brasil. Diferentes pesquisadores, sem desconsiderar o preconceito racial existente nos processos de contratação no mercado de trabalho, têm sugerido que as variações na remuneração e nas condições de acesso àquele mercado entre negros e brancos podem ser debitadas às diferenças de oportunidades educacionais. Ao mesmo tempo, hoje é amplamente sabido que a possibilidade de aquisição de educação formal guarda uma forte relação com a cor da pele de um dado indivíduo e o que os indicadores educacionais de brancos e negros diferem em vários aspectos. Comentando essa situação, Henriques (2001, p. 19) afirma que

a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos de estudo. A intensidade dessa discriminação racial, expressa em termos da escolaridade formal dos jovens adultos brasileiros, é extremamente alta, sobretudo se lembrarmos que trata-se de 2,2 anos de diferença em uma sociedade cuja escolaridade média dos adultos gira em torno de 6 anos.

Introduzindo mais uma vez um recorte de gênero na discussão, verificamos que as mulheres negras vêm, nas últimas décadas, apresentando indicadores de escolaridade discretamente superiores aos dos homens negros: dados organizados por Telles (2003) a partir da PNDA de 1999 mostram que, entre os brasileiros com idade entre 25 e 64 anos, os homens pardos e pretos constituem 2,4 e 2,5%, respectivamente, da população com mais de 15 anos de escolaridade ao passo que as mulheres tanto pardas quanto pretas constituem 2,8% dessa mesma população. Contudo, quando comparamos os níveis de escolaridade de mulheres negras com o de homens e mulheres brancas verificamos um quadro bastante distinto: 11,4% dos homens e 10,8% das mulheres brancas conseguem acesso aos níveis educacionais posteriores ao ensino médio, contra apenas 5,6% da soma de pretas e pardas. Outrossim, mesmo quando as afrodescendentes chegam ao ensino superior, o fazem através dos cursos de menor valoração social (Queiroz, 2000) o que, ao seu turno, determina uma remuneração profissional futura mais modesta. Desta forma a inserção no sistema educacional não garante necessariamente uma mudança substantiva na qualidade de vida, fato que nos remete de volta a discussão sobre inserção laboral, pois a aparente superação

da discriminação no acesso às organizações escolares pode vir a ser praticamente desconstruída pelo tipo de inserção no mercado de trabalho.

Embora as estatísticas apresentadas possam ser suficientes para explicitar o grau de desigualdade presente na vida de mulheres negras, elas não esgotam todas as questões que podem ser destacadas. Se de fato os números constituem ferramentas importantes para elucidação da questão da discriminação racial, maior efeito eles podem exercer quando lhes damos uma face mais humana. Assim, no que diz respeito à área específica da nossa pesquisa - o domínio educacional - cabe perguntar: Quem são as mulheres negras potencialmente discriminadas as quais fizemos alusão? Como se estruturam os seus cotidianos no sistema formal de ensino? Que obstáculos elas enfrentam para fazerem parte e permanecerem em tal sistema? Como a condição racial dessas mulheres influi nas suas trajetórias? Em que medida a raça constitui um handicap social relevante que interfere, de modo antecipatório, nas suas escolhas educacionais? Quais as estratégias que as afrobrasileiras desenvolvem em face as dificuldades que encontram no sistema educacional brasileiro? Quais os recursos que dispõem e mobilizam? Que alianças e redes de solidariedade estabelecem?


Metodologia

Para tentar responder a algumas das perguntas acima, entrevistamos afrobrasileiras alunas de cursos de graduação da área de ciências sociais e humanas da Universidade Federal Fluminense - UFF, buscando coletar dados sobre as suas trajetórias de escolarização de modo a compor o que poderíamos chamar de suas histórias de vida educacionais. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas a análise temática e de conteúdo.

Alguns Resultados Preliminares

A posição de classe social foi a questão mais referida pelas entrevistadas quando relatavam as suas trajetórias de escolarização. Isso não é surpreendente pois, como apontamos anteriormente, as pardas e pretas encontram-se nas posições mais baixas da pirâmide social brasileira. Todas elas referiram-se as imensas dificuldades em conseguirem ingressar e permanecer no ensino superior em função das dificuldades econômicas de suas famílias.

As entrevistadas relataram privações diversas decorrentes da ausência de recursos financeiros durante o período em que têm estado na universidade. Todas reportaram a impossibilidade de aquisição de todo o material didático das disciplinas, mesmo quando se tratavam de cópias xerox o que possivelmente tem inibido o seu desenvolvimento intelectual. Além disso, foram constantes as referências à impossibilidade de participar de congressos e eventos similares em função do preço de inscrições, transportes e hospedagem. Mais uma vez deve-se salientar que tal fato pode estar influenciando negativamente o desenvolvimento intelectual dessas mulheres.

As privações na trajetória universitária não acabaram apenas aí. Várias delas reportaram situações até mesmo de fome. Tendo sempre que lidar com poucos recursos financeiros e com vistas a poder ter acesso a material didático muitas descartam a compra de lanches e mesmo de uma ou outra refeição diária. 91632115  26122619

Porque moram longe do campus da UFF, muitas alunas necessitam utilizar transporte público caro. Às vezes impossibilitadas de fazê-lo, precisam andar a pé partes do trajeto de forma a economizar o que muitas vezes às levam à exaustão física.

Tiveram elas que enfrentar tanto a alta concorrência para acesso às universidades públicas, como também desafiarem o que uma delas denominou de “batalha interna contra as minhas próprias limitações” quando referindo-se à baixa qualidade do ensino recebido nas escolas de ensino fundamental e médio onde estudou. Tal qualidade, por sua vez, definiu antecipadamente a escolha de carreiras de menor valoração social e que também são consideradas por elas mais fáceis e, principalmente, mais baratas de serem cursadas. Como afirmou uma entrevistada:

Quem não queria fazer medicina ou odontologia? Ou engenharia...(…) Mas a gente sabe logo primeiro que é difícil de entrar e depois que lá dentro é difícil de cursar porque os livros, as coisas, tudo é caro. No meu caso nunca ia dar mesmo. Foi aí que escolhi serviço social, mas não me arrependo não (...).

Esse dado é consistente com o que têm apontado outros estudiosos da problemática educacional no exterior ao afirmarem que para estudantes pobres, além da gratuidade, a escolha de carreiras e instituições envolve a necessidade de proximidade da escola em

relação a casa, a possibilidade de obtenção de auxílios, a existência de certos serviços assistenciais como alimentação gratuita, e um planejamento meticuloso da provável necessidade de articular estudo e trabalho (Breux, 2002 e Reay, 2000).

No que diz respeito a questão do racismo, observa-se que do ponto de vista das entrevistadas a universidade constitui-se um local no qual esse tipo de violência não se encontra muito presente, pelo menos não nas suas manifestações mais explícitas.¹ Essa avaliação muda, contudo, quando elas referem-se às suas trajetórias no ensino fundamental e médio. Nos narrou uma delas que naqueles níveis de ensino

(...) era comum as brincadeiras assim do tipo, ‘olha a macaca’; podia não ser direto falando comigo, mas eu sabia que estavam falando para mim. Não que fosse todo dia, mas de vez em quando acontecia sim. Daí era péssimo (...) cansei de chorar por causa disso.

A violência racial segundo elas, contudo, não necessitava ser verbalizada por colegas ou mesmo professores. Como vários estudiosos têm salientado, a probabilidade de que estudantes afrodescendentes se defrontem com expressões de racismo nos livros didáticos é grande, uma vez que muitos destes livros trazem imagens do negro como um ser inferior, sempre apresentado em situações de pobreza e privação, com traços grotescos e estereotipados, como coadjuvantes passivos no processo histórico, etc. (Rosemberg, Bazilli, Silva, 2003). Uma outra entrevistada narra as suas memórias dessas imagens.

Olha, só agora que tô na faculdade é que pude perceber um pouco mais como aquilo era violento, assim de poder fazer uma análise mesmo a partir do racismo, de como essas coisas eram mesmo racismo (...) do livro que só tinha preto como escravo. Agora é que eu faço uma análise mesmo, mas mesmo assim a gente já ficava com vergonha naquela época porque era sempre o preto como uma coisa ruim, de estar em uma posição ruim como a de escravo (...)

¹ - Contudo, porque as suas manifestações explícitas (xingamentos, por exemplo) podem inúmeras vezes ser substituídas por outras formas subliminares próprias do "jeitinho brasileiro de discriminar" (Barbosa, 1992), muitas vezes os afrobrasileiros se defrontam com tais atos sem saberem como reagir.¹ Este tipo de discriminação se expressa na diferença de tratamento dado a estudantes negros e brancos por professores, no uso de termos supostamente carinhosos mas essencialmente pejorativos para referir-se a eles, na dissolução de um grupo de conversa quando da simples aproximação de um afrodescendente, etc. (Teixeira, 2003).

Além das dificuldades de permanência no sistema educacional derivadas da violência racial, as entrevistadas ainda relatam dificuldades adicionais relativas ao domínio do gênero. Porque tradicionalmente cabe também a elas o exercício de atividades no lar, têm que articular o estudo com o trabalho doméstico. Esse é um dado que apresenta alguma variação de intensidade em relação ao grupo estudado dependendo sempre da configuração familiar no qual cada aluna se inscreve. Assim, aquelas cujas mães não trabalham fora detêm uma retaguarda familiar mais favorável; já aquelas, no limite, que moram em famílias monoparentais, sem mães, assumem uma carga de atividades domésticas muito grande. Seja lá como for trata-se de uma diferença de grau apenas, pois todas fazem referência ao cansaço causado pela necessidade de, após uma jornada de estudos, terem que lavar roupas, cozinhar ou tomar conta de irmãos mais novos.

Ainda sobre as dificuldades de permanência no ensino formal cabe comentar sobre o fato de que a subrepresentação negra em diferentes escolas define muito do grau de bem-estar dos estudantes afrodescendentes que lá estudam. Isto porque é sabido que a inexistência ou o pequeno número de outros indivíduos do mesmo grupo racial pode gerar nestes estudantes sentimentos de não pertencimento e, mais ainda, de não merecimento, em participar de uma dada comunidade educacional. Tal quadro se agrava no caso de afrodescendentes nas universidades porque, além da subrepresentação negra no corpo discente em inúmeras áreas, a possibilidade que eles têm de encontrar um docente negro que lhes sirva de referência étnica é muito pequena (Hughes e Howard-Hamilton, 2003; Teixeira, 2003). Esses fatos nos colocam de frente, mais uma vez, com a questão dos limites postos à escolha dos afrobrasileiros sobre em quais instituições estudar e de quais carreiras seguir: o senso de não pertencimento neste caso pode aliar-se fortemente, de modo excludente, às limitações financeiras impostas pelas condições de classe. Essa especulação, contudo, junto às nossas entrevistadas não se confirmou, notadamente no âmbito do ensino superior. Isso pode estar relacionado ao fato de tratarem-se de alunas de cursos nos quais a presença negra é predominante entre os alunos. Mesmo quando se considera o quadro docente, a presença de muitos mestiços pode estar servindo de atenuante a essa situação.

Por fim, ainda que de forma sucinta, gostaríamos de salientar que as entrevistadas têm enfrentado as dificuldades que se apresentam nas suas trajetórias educacionais de diferentes maneiras. Como afirmamos acima, muitas vezes elas deixam mesmo de se

alimentar para economizar. Em outras situações, recorrem a ajuda financeira de vizinhos, conseguem desenvolver pequenas atividades remuneradas como a venda de salgadinhos e bijouterias e, no limite, praticam mesmo o escambo de alimentos e material didático. Contudo, neste âmbito, o que elas consideram como mais importante tem sido o apoio emocional e estímulo que recebem das colegas, familiares e alguns professores.

Essas observações confirmam a necessidade de se avançar na realização de estudos que, ao identificar o conjunto de dificuldades vividas pelas negras nas escolas, possam também colaborar para a criação de políticas públicas e programas institucionais que levem à construção de ambientes que aumentem a possibilidade de sucesso das experiências educacionais dessas mulheres.

Referências

- BARBOSA, L. O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. The state nobility. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- BRANDÃO, A. Raça, demografia e indicadores sociais. In: I. de Oliveira. Relações raciais e educação. Novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____ e TEIXEIRA, M. P. (orgs.) Censo Étnico-Racial da UFF e da UFMT. Niterói: EDUFF, 2003.
- CARNEIRO, S. “A Batalha de Durban”. *Revista Estudos Feministas* vol. 10, n. 01, 2002.
- CRENSHAW, K. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas* vol. 10, n. 01, 2002.
- HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão n. 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- HUGHES, R.L e HOWARD-HAMILTON, M.F. “Insights: emphasizing issues that affect African American women”. *New Directions for Students Services* n. 104, 2003.
- JACCOUD, L. e BEGHIN, N. Desigualdades raciais no Brasil. Um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.
- OLIVEIRA, G.C. Mulheres Negras: um retrato da discriminação racial no Brasil. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.
- _____. e SANTANNA, W. “Chega de Saudades, a Realidade é Que...” *Revista Estudos Feministas* vol. 10, n. 01, 2002.
- QUEIROZ, D. M. “Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA, a cor da Bahia”. *Coleção Novos Toques* n. 4, 2000.
- ROSEMBERG, F., BAZILLI, C. e SILVA, P.V.B. "Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura". *Educação e Pesquisa*, vol. 29, n. 01, 2003.
- TEIXEIRA, M. de P. Negros na universidade. Identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- SOARES, S.S.D. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para discussão n. 769. Brasília: IPEA, 2000.
- TELLES, E. Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003.